

# Medida repetirá projeto do Legislativo

No final da tarde, o consultor-geral da República, Célio Silva, informou que até o dia 10 "a raspa do tacho aguenta", mas a partir desta data o Governo vai ter que reforçar o caixa. Ele disse que o projeto de medida provisória já está pronto, porque será utilizado o substitutivo da Comissão Mista do Congresso Nacional. Ele disse que o maior interesse do Governo é que a matéria seja aprovada pelo Poder Legislativo. Mas, se isso não acontecer, o presidente Fernando Collor vai baixar a medida provisória.

Mesmo que o Congresso viesse a aprovar na próxima semana o projeto de suplementação orçamentária, explica o presidente da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), Adolfo Schuller, "não poderíamos evitar a falta da merenda escolar". Ocorre que a

renovação dos estoques deveria ter acontecido no final de agosto de modo a permitir, em 30 dias, a distribuição dos alimentos às 180 mil escolas públicas de todo o País, que abrigam 28 milhões de crianças.

A Polícia Federal, segundo o delegado Romeu Tuma, está sem dinheiro até mesmo para a compra de papel. As superintendências de Foz do Iguaçu e de São Paulo, que alugam imóveis, já receberam notificações de despejo por falta de pagamento dos aluguéis atrasados. O verdadeiro estado de penúria financeira por que passa a Polícia Federal, devido a não-aprovação da suplementação orçamentária pelo Congresso, acabou motivando, três dias atrás, uma paralisação de duas horas dos agentes federais em todo o País.

Com a merenda escolar a situação começa a ficar dramática. Segundo o relato de Schuller, já começou a faltar os ingredientes básicos em várias regiões, entre elas o Rio de Janeiro, Paraíba, Sergipe, Mato Grosso, Goiás e o Distrito Federal. A FAE conseguiu incluir no projeto de suplementação orçamentária uma verba de Cr\$ 23 bilhões, destinada a compra de 65 mil toneladas de alimentos, quantidade suficiente para abastecer as escolas públicas até o final do ano. Em razão desses e outros exemplos de "calamidade e completa escassez de recursos", o Palácio do Planalto pensa na edição de uma medida provisória para desbloquear os recursos, embora a questão orçamentária seja competência exclusiva do Congresso, segundo a Constituição em vigor.